



## SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**OFÍCIO/SMDS/GAB/Nº 484/2021**

**Contagem, 09 de abril de 2021.**

A Sua Senhoria a Senhora

**Olivia Rogério Brandão de Souza**

Representante da Comissão dos Aprovados no Concurso Público para a Administração Direta do Município de Contagem - Edital 02/2019

**Assunto: resposta ofício s/n sobre convocação de candidatos classificados para os cargos de assistente social e psicólogos de acordo com o Edital n. 02/2019.**

Senhora Olívia,

Cumprimentando-a cordialmente, em resposta ao ofício s/n enviado pela Comissão dos Aprovados no Concurso Público para a Administração Direta do Município de Contagem – Edital PMC n. 02/2019, é necessário que se façam esclarecimentos no tocante aos questionamentos ali constantes, conforme se segue.

**1. Dispensa do Chamamento Público n. 01/2021.**

De acordo com a Lei n. 13.019/2014, em seu artigo 30, VI, é possível a dispensa de chamamento público para as atividades de saúde, educação e assistência social, no seu âmbito, exigindo-se que a entidade seja credenciada antecipadamente junto à Administração Pública para a realização do serviço, bem como observada a devida justificativa para a dispensa.

Neste sentido, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) atendeu os requisitos legais, inexistindo qualquer impugnação referente ao procedimento adotado para a realização do Termo de Colaboração n. 001/2021, o qual tem como finalidade a cooperação técnica para o desenvolvimento dos serviços de proteção básica e de média complexidade nos equipamentos públicos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS).

No entanto, era necessária a contratação de empregados pela Entidade para a realização do objeto da parceria, conforme se observa na justificativa que se encontra no próprio plano de trabalho, haja vista que a SMDS ainda não possui corpo técnico quantitativo de servidores capazes de preencher as necessidades do Município.

Ademais, como bem informado no questionamento, a SMDS já requereu à Secretaria Municipal de Administração que o quadro de servidores fosse preenchido de acordo com o número de cargos ainda existentes e já liberadas por aquele órgão, quais sejam, 04 (quatro)



## SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

vagas remanescentes referentes aos candidatos aprovados e classificados, mas que não tomaram posse.

Deve ser esclarecido ainda que a Administração Pública convocou a seguinte quantidade de candidatos aprovados e classificados:

CARGO	QUANTIDADE
Assistente Administrativo	30
Assistente Social	39
Psicólogo	20
Contador	01

Assim, percebe-se que foram convocados a mais do número de vagas ofertadas no edital, quais sejam, 18 assistentes e 08 psicólogos.

Há previsão, ainda, de ser chamados:

CARGO	QUANTIDADE
Assistente Administrativo	08
Assistente Social	04
Psicólogo	01
Contador	01

Ou seja, a Administração Pública do Município de Contagem está enveredando esforços para convocar mais candidatos para o preenchimento das vagas faltantes.

### 2. Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei Complementar (LC) n. 173/2020, veda a criação de cargos e aumento de despesas que não estejam previstas no orçamento a partir do ano de 2020. Melhor explicando, ainda que existam os cargos vagos na Administração Pública a convocação de candidatos aprovados e classificados em qualquer concurso público exige a previsão orçamentária.

Assim, não obstante a importância do concurso público para a continuidade do serviço público, é necessário frisar que todos os entes da federação estão sob os comandos da LC n. 101/2000, a qual estabelece diretrizes para o gestor público sob pena de responder civil, administrativa e penalmente pelos seus atos.

Destarte, a Administração Pública Municipal não está contrariando o entendimento jurisprudencial, haja vista, como citado pelo ofício s/n encaminhado a esta Secretaria, que as providências para a análise do quantitativo de cargos ainda existentes, bem como da aprovação pela CCoaf sobre a possibilidade de nomear os demais candidatos aprovados e dentro do





## SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

número de cargos vagos, mas não classificados no número de vagas previsto no Edital PMC n. 01/2019, demanda tempo, pois há um procedimento a ser seguido, para se evitar futuras nulidades.

### 3. Requisição de ofícios.

Para a requisição de qualquer documento junto à Administração Pública, deve o interessado observar a Lei de Transparência, Lei n. 12.527/2011<sup>1</sup>, a qual estabelece procedimentos e prazos para o cumprimento do pedido. Neste sentido, segue o link para que a Comissão possa fazer o pedido formalmente nos termos da Lei supracitada: <http://www.contagem.mg.gov.br/transparencia/public/>

Certa do pronto atendimento, antecipo agradecimentos, e na oportunidade elevo meu protesto de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
VIVIANE SOUZA FRANÇA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar

<sup>1</sup> Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.